



2.1.1 • A comunicação mundializada • A galáxia internet

A cultura da internet

O NOVO AMBIENTE DIGITAL é cada vez mais perturbante na sua dimensão ‘visível’ e está, em boa parte, incontrollável nessa área ainda algo desconhecida da Internet negra, conhecida por *deep web* ou *dark net*, convoca-nos para uma reflexão profunda de largo espectro, que não se pode vincular apenas às questões de mercado, tecnológicas e de redes, mas que nos vem alertar sobretudo para a ordem do político e da cidadania, do ‘desconhecido’ e do conhecimento e, enfim, do acesso à rede, quer no que isso implica no âmbito do *digital divide*, quer nos dividendos do digital.

Novas dinâmicas, novo modelo comunicacional

Apela também, necessariamente, a um novo tipo de mediações fortemente colaborativas, assimétricas – por exemplo entre jornalistas e novas fontes, entre os chamados técnicos do saber prático e os novos intermediários digitais, ou mesmo entre aqueles e os promotores de *disclosures*; ou entre empresas tradicionais e a emergente ‘economia ociosa’, aludida por Kenichi Ohmae (Ferreira, 2016), ou ainda, no mesmo plano, a tão discutida ‘síndrome Uber’ no actual contexto da economia digital; não deixa de fora aquilo que é cada vez mais decisivo em matéria de internet: *big data* e *data mining* (bases de dados, regularidades, padrões, alertas); e termina nos novos destinatários: utilizadores de *social media*, *producers* e demais internautas.

Trata-se de um novo modelo comunicacional em presença, obviamente. De novas práticas, cuja hibrididade e assimetria é essencial para que, digamos assim, o velho jornalismo não caia na rua, e para que a matéria informativa, essencial às boas práticas da cidadania, possa continuar na esfera das melhores práticas jornalísticas e das suas novas redes, sejam elas mais pontuadas ou não pelas dinâmicas das redes ou pelos chamados cidadãos-jornalistas, complementando a esfera profissional. Não há que ter medo da designação...

Final de contas, por muito que isso custe à profissão, hoje há cada vez maior dificuldade em encontrar nas redacções dos média verdadeiros jornalistas-cidadãos.

Era de (des)informação

Mas esta é também – e paradoxalmente – uma era de desinformação, de fortes tensões nos sistemas de *média* e *new media*, e de novos intermediários digitais que se constituem como *gatekeepers* da informação.

Acrescem problemas de privacidade e de defesa dos dados pessoais neste novo contexto, isto é, a experiência do utilizador é convertida em da-

dos de *performance*, num *quantified self*, uma cartografia do sujeito de grande detalhe informativo sobre o parecer, o ser e o fazer.

Sistemas de *tracking*, múltiplos automatismos que nos ‘perseguem’ na rede, e um incomensurável exército de *robots* reperfilam-se entretanto, para garantirem desde modelos relativamente simples de monitorização de um qualquer consumidor, às novas censuras de Estado.

Emergem igualmente plataformas complexas de *disclosures* e de *backing* ético. Para além disso, a Internet caminha progressivamente para uma espécie de ‘balcanização’, isto é, para um controlo partilhado, seccionado, onde entram as novas lógicas do terror, ao contrário de se perfilar como uma rede neutra, transparente e aberta.



Quer o decisor, quer o legislador, terão que dar melhores respostas às dinâmicas entre tecnologia, sociedade e educação, de modo a potenciar aptidões e melhorar competências.



São estes alguns dos tópicos que hoje levantam cada vez mais incertezas e que são afinal as actuais tendências – de *tracking*, de *botting*, de *astroturfing*, etc. – que estão a tornar a internet um ambiente mais complexo e fechado do que poderíamos imaginar e, enfim, do que imaginámos anos atrás, quando John Perry Barlow fundou a Electronic Frontier Foundation, ou quando Tim-Berners Lee, após fundar o W3C, pugnou pela neutralidade e abertura da rede.

Internet e SI: o estado da arte

A revolução das TIC nos últimos quinze anos é quantitativa e assimétrica, provedora do agravamento das desigualdades no presente ecossistema digital.

Os dados do final de 2015 apontam para mais de sete mil milhões de assinaturas de telemóveis em todo o mundo, quando esse valor no ano 2000 era de apenas 738 milhões. A nível global, existem 3,2 mil milhões de utilizadores com acesso à Internet, dos quais 2,1 mil milhões em países em desenvolvimento, ficando excluídos, nestes países, quatro mil milhões de pessoas.

Ainda assim, entre 2000 e 2015, a penetração global da Internet aumentou quase sete vezes, de 6,5 para 43%. Na última década (2005-15) o número de utilizadores da internet mais do que

triplicou: de mil milhões em 2005 para os cerca de 3,2 mil milhões no final de 2015.

Em termos de acesso à Internet, por lar, o crescimento foi de 18%, em 2005, para 46% em 2015. A cobertura de banda larga móvel 3G teve também uma rápida expansão, atingindo os 47 % em 2015, sendo que 69 % da população mundial estava então coberta por banda larga móvel 3G.

A banda larga fixa está a crescer a um ritmo mais lento (7% ao ano nos últimos três anos). Entre os quatro mil milhões de pessoas que vivem em áreas urbanas, 89 % têm acesso à banda larga móvel 3G, sendo que cerca de 30% dos 3,4 mil milhões de pessoas que vivem em áreas rurais estão cobertas por banda larga móvel 3G.

Porém, o fosso entre as economias com melhor e pior desempenho está a aumentar. Se a banda larga é de facto um *income multiplier*, as regiões e as pessoas desconectadas ficam irremediavelmente para trás. Para além disso, o Relatório do WEF identifica um crescente *digital divide* dentro e entre países, com os benefícios económicos e sociais da internet disponíveis apenas para uma minoria da população do mundo. De qualquer modo, sublinhe-se que o fosso digital no interior dos países pode ser tão elevado como entre os países.

Veja-se que cerca de 90% da população em países de baixa renda e mais de 60% no plano global não têm acesso *online*. Se as TIC são de facto um vector essencial da transformação económica e social, melhorando o acesso aos serviços, aumentando a conectividade, criando oportunidades de negócio e de emprego, e mudando a maneira como as pessoas comunicam, há ainda muito a fazer no plano das infra-estruturas, da educação e da regulação.

Assimetrias

O facto é que quase seis mil milhões de pessoas não têm Internet de alta velocidade, incapacitando-as de participar plenamente da economia digital; se lhes juntarmos os quatro mil milhões que ainda não têm acesso à Internet, percebe-se que o impacto global agregado da Net é claramente insuficiente, e criou múltiplas desigualdades.

Há, pois, que considerar o acesso ao digital como absolutamente prioritário e como um objectivo estratégico fundamental, investindo numa internet universalmente acessível.

Por outro lado, as empresas estão mais conectadas do que nunca, mas o ritmo de crescimento da produtividade global tem diminuído, a desigualdade no mercado de trabalho cresce, as próprias democracias estão a ser atingidas por novos fenómenos.

	2º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	2º Trimestre 2016	Variação %	
				2T16/1T16	2T16/2T15
Total de tráfego, dos quais:	473.781.121	574.650.769	590.274.453	2,7%	24,6%
Tráfego de banda larga fixa	456.657.486	551.038.928	564.266.149	2,4%	23,6%
% do Total	96,4%	95,9%	95,6%		24,6%
Tráfego de banda larga móvel	17.123.635	23.611.841	26.008.304	10,1%	51,9%
% do Total	3,6%	4,1%	4,4%		
<i>do qual tráfego de acessos através de tablet/PC</i>	11.817.995	13.729.062	14.459.338	5,3%	22,4%
<i>do qual tráfego de acessos através de telemóvel</i>	5.305.640	9.882.779	11.548.966	16,9%	>100%

Tráfego de acesso à Internet em banda larga em Portugal (em GB)

Fonte: ANACOM, original disponível em <http://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=1393145#.WCRpgNKLQdU>

Nota: Inclui tráfego móvel em roaming out.

	2T15	3T15	4T15	1T16	2T16
1. N.º Acessos do SAI em Banda Larga fixa / 100 Hab.	28,9	29,6	30,4	31,0	31,5
1.1. N.º de Acessos Modem por cabo/100 Hab.	10,0	10,1	10,3	10,4	10,5
1.2. N.º de Acessos ADSL/100 Hab.	10,3	10,2	10,1	9,9	9,6
1.3. N.º Acessos Fibra Ótica (FTTH/B)/100 Hab.	7,0	7,5	8,1	8,6	9,2
1.4. N.º Acessos LTE em local fixo /100 Hab.	1,7	1,8	2,0	2,1	2,2
1.5. N.º Acessos Outros Tipos de Acesso/100 Hab.	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03
2. N.º Clientes do SAI em Banda Larga móvel com utilização efetiva/ 100 Hab.	50,7	52,8	53,4	53,6	54,9
2.1 N.º Clientes Banda Larga (móvel) através de tablet/PC ativos / 100 Hab.	5,8	6,0	5,5	5,3	5,5

Evolução das taxas de penetração do serviço de acesso à Internet (SAI) em banda larga: n.º de acessos por 100 habitantes

Fonte: ANACOM, original disponível em <http://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=1393145#.WCRpgNKLQdU>

E muito embora se possa referir que aumenta o número de democracias, a parcela de eleições livres e justas está a diminuir. Essas tendências persistem, não devido às tecnologias digitais, mas a despeito delas.

Maximizar os dividendos digitais requer melhor compreensão do modo como a tecnologia interage com outros factores importantes para o desenvolvimento – aquilo a que o relatório Dividendos Digitais chama de ‘complementos analógicos’.

Para otimizar os efeitos das tecnologias, estes ‘complementos’, isto é, uma regulação que assegure a concorrência, uma formação adequada para o digital, instituições que dinamizem o processo de inclusão, etc., são fundamentais, pois a economia da internet favorece monopólios naturais, sendo que algumas das grandes plataformas actualmente dominam os respectivos mercados.

No plano local, é óbvio, portanto, que quer o decisor, quer o legislador, terão que dar melhores respostas às dinâmicas entre tecnologia, sociedade e educação, de modo a potenciar aptidões e melhorar competências, desde logo dos nativos digitais, mas também das gerações mais velhas, de tal modo que todos possam estar conectados, incluídos, e beneficiar das oportunidades digitais.

No plano mundial, estando a internet a ser administrada por uma plataforma internacional de governos, indústria, peritos técnicos e sociedade civil – no que é denominado de modelo com múltiplas partes interessadas – exige-se uma maior partilha nas decisões sobre a sua governança, na regulação e na aprovação das normas globais. Muitos atores neste processo defendem um modelo multilateral de governança idêntico ao das Nações Unidas ou da UIT - União Internacional de Telecomunicações.

Importa evitar sobretudo que o controlo da Internet por parte dos Estados possa reduzir a privacidade, restringir o acesso à informação por parte dos cidadãos e bem assim o direito à liberdade de expressão, o que, no mundo cada vez mais complexo e tenso em que vivemos, se tornará provavelmente um desafio de equilíbrios fortemente instáveis. ■

Referências

Ferreira, V. (2016), O ano de 2015 marca o big bang da economia ociosa. *Público*, (20 Mar), pp 32-33, disponível em <https://www.publico.pt/economia/noticia/o-ano-de-2015-marca-o-big-bang-da-economia-ociosa-1726449>.